



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

REQUERIMENTO Nº , de 2013

(Da Srª Deputada Antonia Lúcia

Requer seja convidado o Sr. **ILDOR RENI GRAEBNER** – Secretário de Segurança do Acre, o Sr. **NILSON MOURA LEITE MOURÃO** – Secretário de Justiça e Direitos Humanos, o Sr. **DIRCEU AUGUSTO DA SILVA** – Diretor Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Acre e os **Seis Agentes** suspeitos do Presídio Antônio Amaro Alves, para em audiência pública desta comissão esclarecerem sobre as acusações de tortura, maus tratos e violência de servidores contra o reeducando Wesley Ferreira da Silva.

Senhor Presidente,

Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal c/c art. 36 do RICD, requeiro a Vossa Excelência seja convidado o Sr. **ILDOR RENI GRAEBNER** – Secretário de Segurança do Acre, o Sr. **NILSON MOURA LEITE MOURÃO** – Secretário de Justiça e Direitos Humanos, o Sr. **DIRCEU AUGUSTO DA SILVA** – Diretor Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Acre e os **Seis Agentes** suspeitos do Presídio Antônio Amaro Alves, para em audiência pública desta comissão esclarecerem sobre as acusações de tortura, maus tratos e violência de servidores contra o reeducando Wesley Ferreira da Silva.

**JUSTIFICATIVA**

Este detento que estava "íntegro e capaz fisicamente" ficou cego e tetraplégico após ser torturado em Rio Branco (AC), dentro do presídio federal Antônio Amaro Alves, de segurança máxima. Seis agentes



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

penitenciários são acusados de golpeá-lo com uma marreta de borracha, usada normalmente por lanterneiros e borracheiros.

Faz 56 dias que Wesley Ferreira da Silva, de 27 anos, encontra-se prostrado no leito 72 do Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco (Huerb). Cego e com lesões no cérebro e na coluna, ele relatou que os agentes penitenciários, além da marreta de borracha, usaram spray de pimenta e aplicaram chutes e socos nele e em outros dois presos.

Médicos, enfermeiros, assistentes sociais e agentes penitenciários estiveram empenhados durante quase dois meses em abafar o caso. A versão oficial é de que caiu no banheiro, bateu a cabeça e sofreu lesões na coluna. Uma enfermeira e uma assistente social alegaram que compete somente aos familiares denunciar às autoridades casos de pacientes suspeitos de crime.

Após uma avaliação médica, o preso foi recusado em um hospital psiquiátrico para onde chegou a ser enviado para internação. Antes disso, durante inspeção de rotina do Ministério Público no presídio, agentes penitenciários o mantiveram escondido para evitar que revelasse a tortura aos promotores de justiça.

A situação de Wesley Ferreira da Silva, que consegue apenas movimentar a cabeça e fala com muita dificuldade, foi comunicada à juíza da Vara de Execuções Penais, Luana Campos, bem como à procuradora de justiça Patrícia Amorim Rego, chefe do Ministério Público do Estado do Acre.

A juíza Luana Campos, esteve no Pronto Socorro, na manhã de terça-feira (30). Chocada com o relato do preso, a juíza telefonou para o delegado da Polícia Civil, Fabrizio Leonard, titular da Delegacia Itinerante, a quem pediu que fosse ao hospital ouvir o depoimento e instaurar inquérito para apurar a denúncia de tortura.

O delegado alegou que estava em reunião, mas prometeu que ia ouvir Wesley Silva a partir das 14 horas. Até às 17h30 o delegado não havia procurado o preso, de acordo com informação da promotora de Justiça Laura Miranda Braz, da 4ª Promotoria Criminal, que também ouviu a vítima e passou a atuar no caso a pedido da procuradora geral de Justiça do Acre.

Wesley Ferreira da Silva, que nasceu em Colorado do Oeste (RO), cumpre oito condenações que totalizam 21 anos, 10 meses e 12 dias de prisão, por um homicídio, seis furtos e um roubo. Ele foi transferido de Porto Velho (RO) para Rio Branco no início do ano, passou mais ou menos 20 dias



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

na triagem do presídio estadual Francisco de Oliveira Conde e em seguida foi conduzido ao presídio Antônio Amaro Alves.

O preso contou que foi torturado porque era suspeito de integrar a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) e de ameaçar de morte um agente penitenciário do Acre, durante a terceira sessão de tortura, implorou ao **Souza**, chefe da equipe de segurança do presídio, que mandasse buscar sua ficha. Ele atendeu e constatou que ele estava há poucos dias em Rio Branco.

A juíza Luana Campos procurou o juiz Élcio Sabo Mendes Júnior, que está respondendo pela Vara de Execuções Penais até a próxima segunda-feira (5), para informá-lo sobre as condições do preso. O juiz Élcio Sabo Mendes Júnior decidiu por requisitar que a direção do presídio remeta a pasta carcerária de Wesley no prazo de 24 horas.

O magistrado também deferiu um pedido de prisão domiciliar, solicitado pelo preso, por considerar que "a situação de saúde do reeducando é extremamente grave". A prisão domiciliar já havia sido recomendada pelo Iapen e o Ministério Público.

Wesley Silva, que cumpria pena no presídio Urso Branco, de Porto Velho (RO), foi transferido para Rio Branco, mas o processo dele contém falhas. A transferência foi deferida em julho de 2012, o expediente confirmando a transferência em novembro de 2012, mas não havendo mais notícias acerca do aporte da sua execução penal na Justiça do Acre.

Em maio, possivelmente após as sessões de tortura e as evidências de que o preso não é ligado ao PCC, surgiu nos autos um relatório social cujo teor recomendava uma nova transferência de Wesley Silva de volta a Rondônia, de modo que pudesse ser assistido pela mãe dele, Maria Sueli Ferreira da Silvas, de 54 anos, pois não tem familiares no Acre.

Portanto, diante de tanto descalabro, desmandos, crime de tortura e prevaricação cometidos pelas autoridades penitenciárias e de segurança do Estado do Acre, conto com o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste requerimento de audiência pública para o esclarecimento destes pontos aqui expostos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões,            de Agosto de 2013

Deputada **ANTONIA LÚCIA**

PSC/AC